



<https://doi.org/10.30681/real.v15.10438>

LÍNGUA(GEM): SISTEMA, ESTRUTURA E FENÔMENO HISTÓRICO¹

Sueli Martins CARDOZO (UNEMAT)²
Neuza Benedita da Silva ZATTAR (UNEMAT)³

Data de recebimento: 26/01/2022

Data de aceite: 13/03/2022

A linguagem, o cavaleiro de diferentes domínios, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos. [...] Sem a linguagem, o pensamento é uma nebulosa vaga, inexplorada. (SAUSSURE, 2006, p. 17 - 130).

Resumo: O presente artigo propõe refletir o axioma língua e linguagem em abordagens filosóficas e linguísticas, procurando compreender como essa relação vai se constituindo, se diferenciando, se reformulando até chegar aos linguistas e filósofos do século XX. Assim, visitamos as questões filosóficas de Platão (2001)⁴ e Aristóteles (1253, 2001)⁵; os estudos de Ferdinand de Saussure (2006), *Curso de Linguística Geral*, de Hjelmslev (1975), de Bally (1951 e 1965), de Benveniste (1989, 2005), de Jakobson (1972, 2011, etc.), e encerramos, pontuando os deslocamentos dos estudos desses teóricos tomados por Eduardo Guimarães (1989, 2005a, 2015b), que estabeleceu um diálogo com È. Benveniste, O. Ducrot, M. Pêcheux e E. Orlandi com o propósito de construir uma Teoria da Semântica da Enunciação.

Palavras-chave: Linguagem. Língua. Estrutura. Fenômeno Histórico.

Abstract: This article aims to reflect the axiom language in philosophical and linguistic approaches, to understand how this relationship is constituted, differentiated, reformulated, reaching the linguists and philosophers of the 20th century. Thus, we visit the philosophical questions of Plato (2001) and Aristotle (1253, 2001); studies by Ferdinand de Saussure (2006), *Course in General Linguistics*, by Hjelmslev (1975), by Bally (1951 and 1965), by Benveniste (1989, 2005), by Jakobson (1972, 2011, etc.), and we end, punctuating the displacements of theoretical studies made by Eduardo Guimarães (189, 2005a, 2015b), that there is a dialogue with È. Benveniste, O. Ducrot, M. Pêcheux and E. Orlandi with the purpose of building a of the Enunciation Semantics Theory.

¹ Este texto é parte constitutiva da nossa pesquisa de doutorado em Linguística que intitula-se A representação dos dizeres dos apenados do Carandiru em acontecimentos de linguagem, realizada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT/Cáceres/MT/Brasil. E-mail: tatamartins01@bol.com.br

³ Profa. Dra. Do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres/MT/Brasil. E-mail: neuza.zattar@gmail.com

⁴ PLATÃO. **Crátilo**. Ou: Sobre a Justeza dos Nomes. (Tradução de Carlos A. Nunes). Belém: EDUFPA, 2001.

⁵ ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Politikon, cotejada com a tradução inglesa Benjamin Jowet e a tradução francesa M. Thurot. Editora Martin Claret Ltda. 2001.



Keywords: Language. Structure. Historical Phenomenon.

1. INTRODUÇÃO

A linguagem é inerente ao homem. A linguagem “gera” o homem e, por mais estranho que essa afirmativa ressoe, a linguagem e suas nuances fazem do homem seu eterno escravo, que pensando ser livre se submete a “Ela”, obedece às suas regras e formas, pois só assim, a linguagem pode lhe falar de algo, uma vez que “o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem” (GUIMARÃES, 2005 b, p. 07). Sem a linguagem o homem estaria reduzido a si mesmo, não teria a possibilidade de simbolizar o mundo a sua volta, de constituir-se falante no acontecimento da enunciação no qual a língua funciona com o que lhe é exterior.

Anterior aos estudos da língua religiosa dos hindus⁶, encontramos o homem da pré-história utilizando a arte rupestre materializada sob a forma de desenhos de animais abatidos nas caças, símbolos solares e figuras geométricas ou místicas esculpidos nas paredes das cavernas para significar a sua relação com o mundo e com o outro homem. Essa forma de linguagem não verbal, pictórica, designada de arte rupestre, perpassou gerações, os egípcios a usavam para ilustrar as tumbas e os templos Sagrados, na Antiga Mesopotâmia foi utilizada na cartografia para traçar a rota do sol, da lua, da enchente das marés, entre outros e, numa outra dimensão, os gregos encontravam na língua a forma para representar a fé.

Os estudos da linguagem iniciados no século IV a.C. não cessam e despertam muito interesse por parte de filósofos, linguistas e pesquisadores que os ampliam pela comparação, analogia, crítica, reformulação e influência de outros estudiosos da Europa e dos Estados Unidos, que se significam nos círculos e laboratórios de pesquisas, sob vários aspectos, dando origem à constituição das ciências humanas. O esforço desses pesquisadores resultou em um saber científico apurado sobre a língua a ponto de, no século XX, a Linguística se instituir como ciência, se colocar ao lado das Ciências Humanas como autônoma, que tem seu próprio objeto e método de investigação, mesmo porque a língua veio antes do homem, ela o gerou⁷, nomeou, criou e o fez sujeito.

A nossa proposta incide em examinar os pontos de semelhança e dessemelhança da dicotomia língua e linguagem. Assim, torna-se imprescindível uma visitação às abordagens

⁶ Foram as razões religiosas “que levaram os hindus a estudar sua língua, para que os textos sagrados reunidas no *Veda* não sofressem modificações no momento de ser proferidos”. (PETTER, 2006, p. 12).

⁷ Sobre a criação e a nomeação dos seres vivos / existentes pela língua, segundo a **Bíblia Sagrada**, livro de Gênesis, capítulo I: A criação do céu e da terra e de tudo o que neles se contém. (p. 01).



sobre a temática, a partir dos estudos filosóficos de Platão (2001) e Aristóteles (1253, 2001), na emblemática questão de saber se a língua era regida pela “natureza” ou por “convenção”. Essas discussões deram aporte aos estudos de Ferdinand de Saussure (2006), e estão compiladas no *Curso de Linguística Geral*. Visitamos os escritos de Hjelmslev (1975), teórico idealizador da revolução epistemológica das *Ciências Humanas* e autor da *Teoria da Glossemática*; de Bally (1951 e 1965), e a *Teoria Geral da Enunciação* que, diferente dos pensadores positivistas, preocupou-se em entender a língua e a sua funcionalidade; de Benveniste (1989, 2005) uma abertura na tese saussuriana, no gesto de inserir nos estudos linguísticos um sujeito que se constitui na língua; de Jakobson (1963, 2011, etc.), os pressupostos saussurianos sobre a língua, tomados na proporção de código, premissa da *Teoria da Comunicação*, e encerramos, pontuando os deslocamentos dos estudos desses teóricos tomados por Eduardo Guimarães (1989, 2005, 2018), que estabeleceu um diálogo com È. Benveniste, O. Ducrot, M. Pêcheux e E. Orlandi com o propósito de construir uma *Teoria da Semântica da Enunciação*, um viés possível para se pensar a língua atravessada pela historicidade dos sentidos. Passamos a discutir.

1.1 Platão e Aristóteles

Os filósofos, na Grécia Antiga, já se ocupavam em entender se a língua era regida pela “natureza” ou por “convenção”⁸. Esse axioma dual é constituído pela oposição entre anomalistas e analogistas. Para os primeiros, o homem tem a língua em seu psíquico, podendo alterá-la, transformá-la, modificá-la conforme seus anseios e certos regimentos. Nessa perspectiva, a língua(gem) tem como fundamento refletir sobre a irregularidade da natureza. A concepção de linguagem – imagem – mundo realçou o aspecto semântico da língua, devido ao fato de que as experiências do homem estarem implícitas no ato de referenciar os objetos no mundo. Já os segundos defendiam a língua como uma instituição natural, imutável e regular, ou seja, a língua era essencialmente sistemática e regular.

Segundo Aristóteles (2001), a linguagem tem como fundamento expressar a existência de tudo que há e a definiu em aspectos distintos: *logos* – a base da política, a função que em uma perspectiva ontológica vincula-se às categorias e à interpretação pautadas na lógica. Na prática, a linguagem tem como especificidade o exame da *léxis* que apresenta a evidência do significante, a elocução que tem suas raízes na retórica e mantém a eficiência da comunicação.

⁸ LYONS, John. *Introducción a la lingüística teórica*. Barcelona: Teide. 1971. **Semântica estrutural**. Lisboa: Presença, 1974.



A partir da discussão sobre a nomeação das coisas – objetos no mundo, Platão e Aristóteles buscavam entender se o uso da língua(gem) seguia seu curso natural ou se dava por convenção. Conforme Weedwood (2006), tais discussões perpassam o *Crátilo*⁹, um texto-diálogo entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo, escrito por Platão no período clássico grego, e no qual Platão fundamenta as relações estabelecidas entre os conceitos de palavra e significado.

Para Crátilo, os nomes são imanentes aos objetos nomeados, “estão em sua natureza e a língua tem o firme propósito de retratar o mundo”. (PLATÃO, 1963, p. 383a). No entanto, Crátilo acredita que “cada coisa tem por natureza um nome apropriado, e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes”. (Idem). Hermógenes diz que a nomeação das coisas no mundo decorre de convenções estabelecidas e defende a arbitrariedade na relação língua / linguagem, da qual se explica a evolução entre regras já estabelecidas em uma sociedade e as que podem ser acrescentadas através da *physis-nomos* ou *physis-thesis*¹⁰, que serviu de aporte a Sócrates em suas análises para construir um viés intermediário, isto é, relacionar a língua tanto como espelho do mundo quanto instituição arbitrária ao relacionar palavra e significação.

As discussões sobre a linguagem em *Crátilo* estabelecem relações entre o nome e o objeto, o bem e o mal, o judicioso e o insensato, a razão e o irracional. Assim, “O justo assemelha-se ao homem sábio e bom, e o injusto, ao mau e ignorante. A injustiça produz nuns e noutros as revoltas, os ódios, as contendas; ao passo que a justiça gera a concórdia e a amizade”. (PLATÃO, 2006, p. 38). Em *Crátilo*, Platão observou que na relação entre nome - palavra - e coisas se estabelecem relações com o mundo das ideias e são fixadas por regras imutáveis, que representam a essência do objeto nomeado. Assim, nome - palavra - referem-se a uma substância, passando a designar o objeto toda vez que a imagem acústica for acionada. Nesse sentido, o mundo do cotidiano é uma cópia aparente do mundo perfeito. O diálogo em *Crátilo* chega ao fim dizendo que os nomes são tidos como imagens e uma vez representados tornam-se objeto no mundo, o que gera um paradoxo, uma vez que o objeto representado pode ser de outra natureza diferente da aparência verdadeira.

⁹ In: PLATÃO. *Crátilo*. Tradução Pe. Dias Palmeira. Livraria Sá da Costa editora Lisboa: Coleção de clássicos Sá da Costa; 1963.

¹⁰ O conceito grego (*physis*) refere-se à ordem mais próxima da natureza, ou o justo por natureza, equivalente à idade de ouro da *pólis* melhor, da boa sociedade ou do melhor regime político (*politéia*), e uma sucessão de ordens que lhe foram acrescentadas, desde à ordem surgida por convenção (*nomos*), à ordem resultante de uma decisão deliberada (*thesis*). Disponível em: farolpolitico.blogspot.com. Acesso em: 05 de mai. de 2020.



A concepção de linguagem em Platão¹¹ está pautada no inatismo, por acreditar que o homem já nasce com princípios de razão, condição própria para assimilar ideias ou, o mundo inteligível. O filósofo diz que o conhecimento está embasado na crença, na opinião, no raciocínio e na indução, mas que para a filosofia eram interessantes somente o raciocínio e a indução por serem concretos e, por essência, alcançam as ideias da verdadeira realidade; já a crença e a opinião são princípios abstratos que apontam para o empirismo, não remetem ao mundo das ideias, logo, não servem à filosofia e devem ser descartados.

Para Platão, todos têm a mesma forma de conceber um objeto no mundo e não se permite a introdução de novas ideias no mundo inteligível. Conforme o filósofo, “ser” era “ser”. O autor coaduna a ideia de que há dois mundos, o inteligível e o sensível. O mundo inteligível é tido como real, indissolúvel, perfeito, assim, representa a realidade verdadeira; já o mundo sensível é entendido como utópico, transitório, mundo da realidade aparente.

Aristóteles, discípulo de Platão, embora tenha diferido da ideia de dois mundos, reformulou essa questão acerca da linguagem e a concebeu pelo viés realista que serviu de base ao empirismo. O autor acreditava que adquirimos as ideias pela experiência com o mundo exterior, pois há um único mundo, o sensível e inteligível, e é só na relação do homem com este mundo que se pode alcançar o conhecimento. Assim, cada ser tem um modo particular de conceber uma experiência, abrindo um leque de novas ideias no mundo. O filósofo entende a fala como linguagem propriamente dita, como a teia que liga o pensamento ao mundo exterior e relaciona as experiências do cotidiano ao mundo do inteligível. Para ele, o homem é dotado de linguagem, detentor da palavra,

Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso pertence aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-lo entre si. Mas a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo, por consequência o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. (ARTISTÓTELES, 1253, p. 18).

A similitude entre Platão e Aristóteles sobre julgar o que é (in)justo, o bem e o mal, se dá pela linguagem suscitada pelo fato de conceber o homem como um ser político e é essa característica que o autoriza à organização de uma sociedade política, fundamentada na razão.

¹¹ In. AZEVEDO, Tiago. **Diferenças e semelhanças entre Aristóteles e Platão**. Disponível em: <http://psicoativo.com/tag/platao>. Acesso em: 01 de abr. de 2020.



Conforme Platão, as leis que estabelecem regras entre governados e governantes são basilares na formação do cidadão e começam ainda no seio da família, na relação entre pais e filhos, e perpassam gerações.

O pensamento de Platão e Aristóteles se assemelha à existência do homem na sua relação com a contemplação do mundo e à atribuição de uma significância à essa existência. E se distancia da concepção de linguagem. Platão acreditava que um exame da linguagem se dá na realidade verdadeira, aquela do mundo das ideias que, por serem abstratas, têm na alma o viés por onde o homem pode acessá-las. Aristóteles defendia a tese de que a linguagem deve ser examinada no mundo, nas experiências do cotidiano, uma vez que essas experiências são realistas e palpáveis, e estão aquém daquelas existentes no mundo das ideias.

1.2 Saussure e a Criação da Ciência Linguística

Neste item, vamos apresentar o cenário linguístico que antecedeu Saussure e sua teoria. O final do século XIX e o início do século XX foram um divisor de águas nos estudos filosófico-linguísticos e, naquele período, várias vertentes teóricas contribuíram para os avanços dos estudos da Linguística enquanto ciência. É nesse ambiente que Saussure constituiu a teoria que recebeu o nome de Linguística e traz, em seu escopo, a noção de língua entendida como sistema de signos.

Ferdinand de Saussure (1857 - 1913), natural de Genebra (Suíça), foi aluno de Michel Bréal no curso de Linguística, e se dedicou aos estudos de gramática grega e latina e do sânscrito, seguindo os preceitos de Franz Bopp. Ganhou reconhecimento com a publicação da obra póstuma intitulada *Curso de Linguística Geral*, constituída dos escritos de suas aulas durante o Curso de Linguística Geral, em Genebra, entre os anos 1907 e 1911.

Na obra *Curso de Linguística Geral* (2006), compilada por Charles Bally e Albert Sechehaye, Saussure define a Linguística como a ciência da linguagem e a institui pensando no homem e seu comportamento em relação às convenções sociais estabelecidas pela língua. O pensamento saussuriano é um marco nos estudos linguísticos, pois, ainda não havia um objeto de estudo definido e nem um método para se pensar a língua; Saussure tomou a língua como seu legítimo e único objeto teórico, definindo-a como arbitrária “considerada em si mesma e por si mesma” (Ibidem, p. 271) e como “um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas na sua solidariedade sincrônica”. (p.124). Assim, no corte saussuriano, o sujeito, a história e o objeto ficaram à margem, por serem fatores extralinguísticos e, sem esses elementos, Saussure (2006, p. 43) tratou a língua como “um sistema que só conhece a sua



própria ordem”, que se mantém por razões lógicas internas de um sistema organizado em signos que adquirem significação ao ingressarem no sistema, no jogo de relações entre os elementos do conjunto. Nesse sentido, a língua realiza a unidade da linguagem e, como contrato social, não permite ao falante alterá-la, modificá-la, “usurpar-lhe” a essência: a linguagem.

A linguagem dicotomizada em língua e fala é explicada do seguinte modo: a língua, sistema virtual, é próprio de cada indivíduo e existe “em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo”. (SAUSSURE, 2006, p. 21). Já a fala é um conjunto de dados observáveis pelo linguista, é individual e refere-se ao subjetivo do falante. Língua e fala se completam na representação do sistema e não se dissociam, são intrínsecas ao processo de comunicação. Ambas são faces de uma mesma moeda e se distinguem por características particulares, se a língua pode se estabelecer independente da fala, é pela fala que a língua funciona, ou ao contemplar a fala, reconhecemos a língua e a sua dinamicidade.

Em relação ao signo, Saussure (Idem) o dividiu em significado e significante. O significado é o conceito, a representação mental do objeto, e o significante, a imagem acústica. Os signos se estabelecem no sistema através de relações paradigmáticas e sintagmáticas e se associam concomitantemente no processo de significação. No eixo paradigmático se dão as escolhas virtuais por oposição de um signo a outro, a troca por aquele que melhor representa o que o falante deseja expressar; já no eixo sintagmático ocorrem as relações associativas entre os signos que irão compor a cadeia. Desse modo, cada signo linguístico, revestido de um valor, corresponde a um dado significado que possui uma relação de interdependência com seu significante. É essa dualidade intrínseca que faz com que cada signo seja ímpar em seu processo de significação e essa oposição é interna ao signo.

Quanto ao princípio de arbitrariedade do signo, a tese saussuriana postula que cada signo é necessariamente aquilo que o outro não é, e o sentido se dá nas relações estabelecidas entre os signos que compõem a cadeia significante, aliás, é essa relação entre os signos que lhes dá significância e os constitui enquanto forma. Desse modo, a forma é a mola propulsora para que o sistema linguístico estabelecido funcione, ela é essencial à sintaxe da língua. Já os signos da cadeia formam a substância e mesmo que ocorra alguma incoerência na sentença, ou seja, mesmo que a substância seja afetada em suas propriedades constitutivas, esse desvario linguístico não afeta a forma, pois, pelo todo da cadeia se entende as partes que a compõem.

A língua em Saussure (2006, p. 16 - 17) é pensada como “norma para todas as manifestações da linguagem”, e a linguagem nunca é apreendida de forma integral, é sempre



fragmento de língua a envolver o homem e, uma vez a seu serviço, a dualidade linguística estabelece parâmetros de classificação próprios ao sistema podendo ser estes “adquiridos ou convencionais”. (Idem). No que concerne, a “língua tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”, (SAUSSURE, 2006, p. 16), mesmo porque a língua é uma forma de comportamento humano, um fato social e se constitui de convenções e valores sociais próprios de cada indivíduo. Nessa perspectiva, temos a língua como um sistema de signos diferenciais que se dá de forma dual: um significado e um significante que se articulam no sistema a partir das relações de paradigma e sintagma e que irão desaguar no conceito maior saussuriano, o valor.

Para o teórico (idem, p. 135), “O valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia: nem sequer da palavra que significa *sol* se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor”. É o princípio de articulação que faz emergir o valor de um termo, como no tabuleiro de xadrez, e essa metáfora nos elucida que o valor das peças não está na matéria, na substância com que foram fabricadas, mas no valor atribuídos a cada peça no jogo. Vale ressaltar que pode haver diferentes peças, todavia, a regra intrínseca, subjaz à língua, à mobilidade. Assim, o valor em Saussure repousa nas relações das diferenças entre os signos de uma cadeia, e uma vez estabelecidos “uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra, cujo valor resta determinar” e, ainda, “coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa”. (Ibidem, p.134). Desse modo, o valor de um signo linguístico é dado no sistema em que ele existe e é relativo à posição que o distingue de outros e da língua.

O autor (2006, p. 26) diz que a língua é a “ciência primeira” e todos os demais elementos que compõem a linguagem vêm a ela subordinar-se, pois é essa subordinação das partes da Linguística que lhes confere seu lugar natural de ser. Entretanto, por ser a fala junto à fonação e à psicofísica a parte individual da linguagem, se relegou a elas uma posição secundária, visto que, “Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas”, ela “é necessária para que a língua estabeleça”. (SAUSSURE, 2006, p. 27-28).

Podemos observar que há um princípio platônico na obra de Saussure, ao definir a língua como sistema de signos a exprimir ideias. Os signos linguísticos estão no mundo inteligível explicados por Platão, e expressam ideias e se realizam no mundo. Logo, os signos estão no mundo das ideias, é desse sistema que provêm a sua realização e a significância na língua. Ainda, o princípio de alteridade de Platão funda a própria existência da língua(gem),



perpassa o conceito de valor saussuriano e desvela a significação de uma expressão, pois, uma palavra não preexiste à formação de uma cadeia significante. Embora Saussure tenha sido influenciado pelos pensamentos socráticos, é de Aristóteles que herda a dicotomia significante e significado, as duas faces que compõem o signo linguístico.

Veremos a seguir como a premissa de língua, enquanto sistema para Saussure, é retomada por Hjelmslev sob a designação de estruturalismo¹².

1.3 A Concepção Estruturalista da Língua(gem) em Hjelmslev

A perspectiva semiótica de se pensar a língua em Saussure teve realce com a contribuição do linguista dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev (1899 - 1965) que, junto a Hans Jorgen Uldall (1907 - 1957), Nikolay Trubetzkoy (1890 - 1938), Roman Jakobson (1896 - 1982), promoveu uma revolução epistemológica das Ciências Humanas, procurando dar um espírito científico às pesquisas por eles desenvolvidas, em especial, no campo da Linguística. Tomado pelo movimento estruturalista, Hjelmslev deslocou a língua dos estudos históricos comparativos e a tomou em seu aspecto sincrônico e estrutural, aprimorando as ideias de Saussure.

Hjelmslev foi o fundador do Círculo Linguístico de Copenhague e ganhou notoriedade com a *Teoria da Glossemática*¹³, vista como uma teoria da semiótica moderna. Segundo Hjelmslev (1975), a Glossemática é entendida “na medida em que a língua é concebida como uma combinatória, que atribui um certo valor formal a certas propriedades formais das relações que constitui essa combinatória”. (1975, Prefácio, VIII). Esse pressuposto da Glossemática, desenvolvido a partir dos postulados saussurianos, levou Hjelmslev a entender a Linguística como uma espécie de álgebra, que comporta a definição de estrutura, como “uma entidade

¹² Tomamos o verbete Estruturalismo aqui como o movimento que teve a sua efervescência nas décadas de 50 - 60 do século XX, na França, e que teve como precursores os filósofos Lévi-Strauss, Lacan, Foucault, Althusser, Roland Barthes, entre outros. Naquele momento, os pensadores elegeram como prioridade desenvolver as produções intelectuais voltadas para as Ciências Humanas em analogia com a Fenomenologia. Isto é, o método de tomar o objeto de estudo, de compará-lo, reconhecê-lo em situações distintas. O movimento “estruturalista” tem suas raízes nas ideias de Marx sobre o que é uma “base”, uma “estrutura” e uma “superestrutura” e que serviu de pano de fundo para Emile Durkheim escrever sobre as estruturas sociais em sua obra **As regras do método sociológico** (1985). Vale ressaltar que o verbete “estruturalismo” não se restringe a uma ideia, a uma área de conhecimento, antes, transita desde as Ciências Humanas às Exatas, às Biológicas-orgânicas e, segundo Kroeber (apud LÉVI-STRAUSS, 1953, p. 314), o termo “não acrescenta absolutamente nada ao que temos no espírito quando o empregamos, senão que nos deixa agradavelmente intrigados”.

¹³ Hjelmslev e Uldall “uniram as teorias dos fonemas com a gramatical e com a da semântica” (SIERTSEMA, 1965, p.14), e nomearam essa nova teoria linguística de “Glossemática” (do grego glossa = língua), e os elementos linguísticos, de glossemas. In: SIERTSEMA, Bertha. **A study of glossematics. Critical survey of its fundamental concepts**. The Hague: Martins Nijhoff, 1965.



autônoma de dependências internas” (HJELMSLEV, 1975, p. 29), em que as relações formais se dão entre os elementos e a negação da materialidade dos elementos relacionados. Esta premissa junto à concepção saussuriana (2006, p. 141), de que “A língua é forma, não substância”, deu nova formulação à glossemática, coerente até então, com os fundamentos das dicotomias saussurianas.

A partir desse quadro, Hjelmslev reelabora a definição do signo saussuriano e de seus níveis - substância - conteúdo - forma. Embora seja um seguidor das ideias saussurianas, o autor faz uma distinção entre a substância do conteúdo e a forma do conteúdo: a primeira possui aspectos pré-linguísticos e é sempre a mesma, já a segunda é imposta pela língua, e tende a mudar devido ao uso da língua, que passa a ter dois estratos de substância e dois estratos de forma. Reformula também a noção do signo linguístico em três níveis: matéria, substância e forma, e instituiu a língua como “um sistema de figuras (não signos) que, ao se combinarem, produzem signos”. (Prefácio, IX).

Para Hjelmslev (1975), era essa a ideia de signo que permeava o Saussure dos anagramas, mas que não chegou a ser concluída. O teórico diz que se olharmos para Saussure através do *CLG*, teremos um linguista frasal, que se ocupa em pensar uma microestrutura organizada por signos que adquirem significação ao estabelecer relações com outros signos da sentença. Mas, se o focalizarmos com a lente dos anagramas, teremos um autor voltado à linguística transfrasal, às questões linguísticas do texto pensadas como uma macroestrutura, cujos princípios funcionais repousam na Glossemática. A Glossemática hjelmsleviana entende o nível linguístico textual superior ao frasal e o sentido é a substância semântica. Em estudos mais avançados, Hjelmslev (Idem, X) argumenta que o signo semântico e a substância estão inclusos na Linguística semioticamente formalizável, e esta é a grande descoberta para o autor compor a sua célebre obra intitulada *Por uma Semântica Estrutural* (1957).

A expressão de um signo, para Hjelmslev (1975, p. 49), “é, de início e acima de tudo, signo de alguma outra coisa, [...] um signo se define por uma função. Um signo funciona, designa, significa. Opondo-se ao *não-signo*, um signo é portador de uma significação.” (Grifos do autor). O não-signo refere-se aos elementos da expressão como, por exemplo, os fonemas, e as figuras, aos semas (traços do plano de conteúdo). (FIORIN, 2003). Essas entidades opostas constituem a linguística estrutural, definida enquanto “um conjunto de pesquisas que repousa em uma hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura”. (HJELMSLEV, 1991, p. 29).



Conforme o teórico (1975, p. 51), a língua enquanto sistema de signos deve “ser capaz de produzir novos signos, novas palavras e novas raízes”. Desse modo, os sentidos que habitam as palavras podem se manifestar em formas e estruturas diferentes e “esse sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além de ser substância de uma forma qualquer”. (Idem, p. 57). Para a teoria da Glossemática, Hjelmslev formulou conceitos e metodologia que dessem conta de uma gramática da língua e a sua funcionalidade através de análise linguística. Nesse sentido, o teórico pensou a língua em três instâncias distintas: *esquema* - é o próprio sistema de Saussure ou a língua em sua forma pura; *norma* - se refere à língua materializada, enquanto realização social e *uso* - a língua observada em uma comunidade de fala, considerando seus hábitos e cultura.

Hjelmslev, considerado um revolucionário nos estudos da linguagem, ao mesmo tempo em que se posiciona como continuador do pensamento saussuriano, se desloca, produzindo rupturas na chamada linguística dura ou estrutural. O autor (1975) defende que uma teoria que busca pensar a linguagem enquanto estrutura não pode estar pautada na realidade extralinguística, mas em premissas formais, que entendam toda e qualquer língua como linguagem e que esta seja imutável em suas manifestações mais distintas.

Para o teórico (1959, p.164), “A língua é a forma pela qual concebemos o mundo. Não há teoria do conhecimento, objetivo e definitivo sem recorrer a efeitos da língua. Não há filosofia sem linguística”¹⁴. Nesse argumento, encontramos o autor preso a um paradoxo, é um estruturalista, cumpre tais preceitos, porém, rejeita essa concepção, pois, entende que o que é afetado na língua é o modo de seu funcionamento, ou seja, é a linguagem que se mostra exterior aos objetos que ela nomeia no mundo, já o sistema interno organizado em premissas formalizáveis permanece intacto. Nesse sentido, o autor argumenta que

Uma teoria que procura a estrutura específica da linguagem com a ajuda de um sistema de premissas exclusivamente formais [...] deve procurar uma constância que não esteja enraizada numa “realidade” extralinguística; uma constância que faça com que toda língua seja linguagem, seja qual for a língua, e que uma determinada língua permaneça idêntica a si mesma através de suas manifestações mais diversas; uma constância que se deixe projetar sobre a “realidade” ambiente seja qual for a natureza desta (física, fisiológica, lógica, ontológica) de modo que esta “realidade” se ordene ao redor do centro de referência que é a linguagem, não mais como um conglomerado, mas sim, como um todo organizado que tem a estrutura linguística como princípio dominante. (HJELMSLEV, 1975, p. 7).

¹⁴ Tradução do francês para o português de Jonas Pereira Lima. Essa citação foi transcrita do texto “Trabalhos do Círculo Linguístico de Copenhague”, publicado em 1959, p.164.



A epistemologia da Teoria da Linguagem em Hjelmslev se assenta no princípio de imanência, conceito caro a essa teoria e à semiótica da Escola de Paris. O conceito de imanência formulado por Hjelmslev permeia a teoria da linguagem e dá realce ao signo, tomado como algo empírico e dedutivo em sua realidade. Assim, em uma realização analítica, parte de uma macroestrutura - texto - entendido aqui como “uma cadeia e todas as partes (proposições, palavras, sílabas etc.) também são cadeias, com exceção das partes irreduzíveis que não podem ser submetidas à análise” (HJELMSLEV, 1975, p. 34), a uma parte ínfima até o dessecamento do objeto analisado. Para explicar essas relações, o autor (1975, p. 17) define a Teoria da Linguagem e o seu funcionamento:

A Teoria da Linguagem consiste num cálculo cujas premissas são em número tão restrito e são tão gerais quanto possível e que, na medida em que tais premissas são específicas a tal teoria, não parecem ser de natureza axiomática. Esse cálculo permite prever possibilidades, mas de modo algum se pronuncia a respeito da realização destas. Deste ponto de vista, se relacionarmos a teoria da linguagem com a realidade, a resposta à questão que consiste em saber se o objeto determina e afeta a teoria, ou se é o contrário, é dupla: em virtude de seu caráter arbitrário, a teoria é a-realista; em virtude de seu caráter adequado, ela é realista (atribuindo a este termo seu sentido moderno e não [...] seu sentido medieval). (Idem, p. 17).

Hjelmslev não aceita o método de exclusão aplicado pela gramática normativa, que desconsidera toda e qualquer manifestação de linguagem que ainda não foi realizada em detrimento da oficializada na gramática. Aliás, o autor rompe com a concepção normativa de linguagem e argumenta que não lemos a forma, a qual já configura um modo de ler, de interpretar o texto. Esse é um dos motivos que torna cara a noção de texto em Hjelmslev, uma vez que ele considera o texto em suas unidades linguísticas mínimas (a glossemática), e o fundamenta na epistemologia da teoria da linguagem. O autor, mesmo negando a perspectiva da gramática normativa, ainda está preso ao texto enquanto estrutura, em suas unidades fônicas, em sua linearidade com começo, meio e fim. Para Hjelmslev (1975, p. 1-2),

A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é um instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. [...] Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até os momentos mais sublimes e mais íntimos



dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. [...] O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte de desenvolvimento dessas coisas.

O homem é objeto de deslumbramento quando se trata da linguagem e a ciência entendeu que é impossível tomá-los separadamente. O homem produz a linguagem, se significa por ela que é vista cientificamente enquanto física e fisiológica e que, disposta em uma sequência, “forma signos que traduzem os fatos da consciência”. A linguagem, enquanto sistema de signos, devia acionar o “sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem [...]” e, como instituição social “[...] devia contribuir para a caracterização da nação, pois, com suas flutuações e sua evolução devia abrir caminho ao conhecimento”. (HJELMSLEV 1975, p. 2). O traço essencial da linguagem humana, segundo o teórico (Idem, p. 51), “é que, a partir de um número limitado de figuras arranjadas de maneiras diversas, pode-se construir um número ilimitado de signos. Uma língua que não fosse assim constituída não poderia preencher sua finalidade”.

Pensando essas concepções de linguagem, Hjelmslev (1975) acredita que por ser o objeto da ciência, a língua não é um fim em si mesma, mas sempre um meio para se chegar ao conhecimento. O autor (Idem) diz que quando o objeto a ser investigado reside fora da linguagem, no seu exterior, chega-se a um conhecimento estranho a esta, ou seja, transcendental e, por isso, tal conhecimento foge do princípio imanente que é próprio da linguagem.

O pensamento de Saussure e de Hjelmslev se assemelham quando tratam a língua como um sistema de signos, mas se afastam quanto à significação do signo. Para Saussure, a língua, de natureza homogênea, significa internamente pela relação entre os signos; e para Hjelmslev, a língua significa por produzir novos signos, novas palavras e novas raízes, e pela sua função, a língua funciona, designa, significa. Temos aqui a premissa do funcionamento da língua. Outra distinção que afasta os linguistas é o conceito de linguagem. Hjelmslev conceitua a linguagem como instrumento, através do qual o homem modela seus pensamentos, sua história e seus atos, e é também através da linguagem que o homem influencia e é influenciado, ou seja, a linguagem está exposta ao mundo. Para Saussure, a linguagem, ao contrário da língua, é heterogênea, visto que é praticada de forma diferente em cada indivíduo, o que significa dizer que a linguagem muda conforme o seu uso.



1.4. Charles Bally: Língua e Fala

Discípulo de Saussure, o suíço Charles Bally (1865 - 1947) foi professor na universidade de Genebra (1913 - 1939), ocupou a cátedra de Linguística Geral e de Comparação das Línguas Indo-europeias que pertencera a Ferdinand de Saussure.

Bally (1951, p. 16) toma “os fatos de expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, quer dizer, a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade”. O autor (Idem), mesmo se ocupando do estudo de línguas estrangeiras, teve como foco a língua materna, por acreditar que o ensino da língua pautado na língua falada, em sua espontaneidade, teria melhor aproveitamento, por ser essa primária na vida do indivíduo e também por ter a estética como um meio para se chegar a um fim. Já a língua literária, que tem a estética por fim, seria secundária, uma vez que, derivada daquela, tinha como enfoque aspectos metalinguísticos, isto é, ter a língua como pressuposto, usá-la para falar dela mesma.

Nesse sentido, Bally (Ibidem) se distanciou da filosofia positivista do século XX, fundada nos preceitos gramaticais normativo e descritivo, e propôs pensar a língua(gem) em seus aspectos sincrônicos em relação à afetividade. Suas ideias revolucionárias de pensar a língua são precursoras na área da Linguística da Enunciação.

No livro *Linguística geral e linguística francesa*, particularmente na seção em que discute a “Teoria Geral da Enunciação”, Bally (1932) afirma que a linguagem serve para comunicar o pensamento, ou melhor, o autor se debruçou em entender a relação entre o pensamento e a fala do sujeito que enuncia. Conforme o teórico (Idem), o falante cria uma representação do mundo relacionando os objetos, coisas, pessoas a sua volta e ele mesmo, a partir de uma noção de realidade. Esse mundo representado no pensamento é expresso através dos conceitos de língua que o sujeito possui e são atualizados toda vez que se achar necessária nova representação. Assim, o que é expresso na fala é possível de ser estudado e Bally propôs fazê-lo, observando o aspecto sincrônico da língua, isto é, a estilística da língua falada - a parole, ou o uso de fato da língua - a langue.

O processo de atualização se dá no ato de o sujeito fazer uso da língua e transformá-la em fala. Segundo Bally (Ibidem), o sujeito tem em seu repertório linguístico uma unidade da língua a ser tomada e transformada em frase, isto é, o conceito sai da sua forma virtual e passa à forma real de existência. Nesse caso, o processo de atualização consiste em trabalhar a relação dos conceitos de extensão e compreensão. O primeiro, por estar em sua forma virtual, é entendido como infinitas as possibilidades de uso por apresentar uma extensão indeterminada



e, uma vez que representa a língua com seus aspectos distintos, a sua compreensão é determinada; o segundo se torna finito, pois atualizado, o conceito é limitado em extensão e se caracteriza na relação de um determinado sujeito no uso da língua e, por se tratar de uma representação da língua por um sujeito individual, se torna indeterminado em compreensão.

Toda manifestação do pensamento pela língua é, para Bally (1965, p. 35), “condicionada lógica, psicológica e linguisticamente. Esses três aspectos somente se recobrem em parte, seu papel respectivo é muito variável e muito diversamente consciente nas realizações da fala”. Também em Bally, a enunciação tem como foco o sujeito, o qual não é o empírico, mas uma representação construída, isto é, o sujeito faz a partir de si mesmo e do mundo por ele interpretado uma alegoria de sujeito.

A partir desse pensamento, o teórico repensa os conceitos de língua e fala, de frase e enunciado, de *dictum* e *modus*. Conforme o autor (1965, p. 77), “para se tornar um termo da frase, um conceito deve ser atualizado. Atualizar um conceito é identificá-lo a uma representação real do sujeito falante”; já a frase, Bally (Ibidem, p. 35) a define como “a forma mais simples possível da comunicação de um pensamento”. Assim, o enunciado e/ou a frase é o contato direto e imediato entre o sujeito e um dado código linguístico sem a interpelação da subjetividade. Aqui temos uma das condições de enunciação em Bally, isto é, a concepção lógica. A outra condição, a psicológica, se dá com a “operação psíquica que o sujeito opera sobre ela”. (Bally, 1965, p. 36). Ou seja, o *modus* com que o sujeito atualiza uma nova enunciação. Vale ressaltar que é o *modus* que atualiza o *dictum*, e faz com que o enunciado se presentifique, faça sentido para o sujeito no processo linguístico.

Desse modo, a frase é entendida como sinônimo de enunciado, que contém um *dictum*, com conteúdo proposicional, e uma estrutura semântica que, através de um *modus*, isto é, a maneira de o sujeito modal se manifestar diante do *dictum* e atualizar o significado. Quanto ao condicionamento linguístico, o autor (Idem, p. 35) diz que “a forma linguística não pode ser inteiramente separada das outras duas. Não será surpreendente encontrar, na análise lógica das formas de enunciação, considerações que dizem respeito às outras duas ordens”. Os conceitos de *modus* e *dictum* são caros para a teoria da enunciação, visto que foram tomados da filosofia medieval e receberam de Bally uma roupagem nova. Enquanto o *dictum* representa uma parte da frase expressa pelo sujeito, isto é, a materialidade do pensamento do sujeito, e pode ser definido como a proposição objetivada através dos signos linguísticos; o *modus* é o viés, canal por onde a afetividade e a subjetividade do sujeito se manifestam, isto é, a possibilidade de cada manifestação linguística se tornar realidade, adquirir nova significação para o falante.



No século XX, Charles Bally não foi apenas um seguidor das ideias saussurianas, uma vez que introduziu, pelos estudos científicos, o indivíduo falante que representa o mundo e o que este significa em cada atualização da dicotomia pensamento/língua. Bally (1965) é um funcionalista dos estudos da linguagem e entendeu que o estudo da língua deve centrar-se na expressão do pensamento, pois só assim reflete a afetividade, a subjetividade nos atos de fala. Língua e linguagem, em Bally (1951), são entendidas como sinônimos. A língua é um instrumento que expressa a ação do sujeito na vida real e a linguagem¹⁵ como

Um sistema de símbolos de expressões. Ela exprime o conteúdo do nosso pensamento, a saber, as ideias e os sentimentos: os elementos intelectuais e os elementos afetivos são quase sempre unido à doses variáveis de informações do pensamento a mesma composição se reproduz nas expressões. Mas, a linguagem é também um fato eminentemente social: não mais que um conjunto de símbolos capazes de classificar o indivíduo socialmente, mas ela traz também a marca de esforço feito por um indivíduo para se adaptar socialmente a outros indivíduos do grupo. (Idem, 1951, p. 01, tradução nossa).

Essa concepção de linguagem cognitivista é permeada de subjetividade e afetividade, visto que é uma forma particular de pensar em cada sujeito falante que reage a uma representação no mundo, “constatando-a, apreciando-a ou desejando-a”. (BALLY, 1965, p. 35). Porém, “é preciso cuidar para não confundir pensamento pessoal e pensamento comunicado”. (Idem, p.37). Vale ressaltar que o sujeito em Bally se constitui a partir de formas linguísticas. Nem o sujeito e nem o sentido são tratados psicologicamente. Para Bally, conforme Guimarães (1996, p. 99), “o signo traz em si mesmo sua significação (seu significado) e é isto que conta para a comunicação”.

O pensamento de Bally se assemelha ao de Saussure quando propõe pensar a língua em sincronia, mas o desloca ao priorizar a fala e a subjetividade do sujeito que enuncia. Saussure estuda a língua em si mesma, sistema fechado, interno; Bally a enfoca na afetividade do sujeito ao expressar, no seu aspecto exterior. Para Saussure, a língua é pensada em seu aspecto semiótico, ou seja, como signo; para Bally, a língua é representada pelas frases e em dois níveis: o *dictum* que é o conteúdo, e o *modus*, a sua dimensão enunciativa. Enquanto

¹⁵ Le langage est un système de symboles d'expression. Il exprime le contenu de notre pensée, à savoir nos idées et nos sentiments: les éléments intellectuels et les éléments affectifs étant presque toujours unis à doses variables dans la formation de la pensée, la même composition se reproduit dans l'expression. Mais le langage est aussi un fait éminemment social: non seulement c'est un ensemble de symboles capables de classer l'individu socialement, mais il porte aussi la marque des efforts faits par l'individu pour s'adapter socialement aux autres individus du groupe. (BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**. v.1. 3. ed. Genève: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951. p. 1).



Saussure toma a língua sem a figura do sujeito, Bally a toma introduzindo o sujeito falante. Em suma, Saussure pensou a língua, e Bally, a sua funcionalidade.

1.5 A Língua e a Fala em Benveniste

A emblemática relação língua/linguagem em Benveniste leva-nos a entender que todo problema de língua só o é se antes for um problema de linguagem. Essa reflexão aflorou os estudos de Èmile Benveniste (1902) na França. Embora influenciado por Saussure (foi aluno de Antoine Meillet, discípulo de Saussure), Benveniste preocupou-se em entender a transição da língua em ato de fala, através da instância do discurso, convocando para essa realização as categorias de pessoa, tempo e espaço no momento de o falante tomar a língua por um ato individual. Desse modo, vislumbra como seria o funcionamento da língua na inserção de um sujeito falante, ou seja, para ele a língua só poderia se dar a partir da abstração de um sujeito e sua subjetividade, e é assim que o autor toma o sujeito excluído em Saussure e o concebe como um sujeito constituído na / pela língua. A língua, que até então, era pensada como sistema, sofre um deslocamento, pois ao abarcar tais categorias, a estrutura da língua ganha nova configuração e passa do aspecto semiótico estático para o semântico, para o campo da enunciação. Nessa perspectiva, segundo Benveniste (1989, p. 62), “o sistema linguístico, sem deixar de constituir um sistema, deveria tomar em consideração os fenômenos de enunciação”.

No texto “Da subjetividade na linguagem”¹⁶ (1958), o teórico (2005) diz que a linguagem é inerente ao homem que não a produziu, ou melhor, o homem só se humaniza pela língua, pela cultura que o faz pertencer em uma dada sociedade, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego””. (BENVENISTE, 2005, p. 286). A linguagem se realiza, conforme o autor, (1989, p. 31), “[...] sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas”.

Nesse sentido, aponta que “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (1989, p. 285), e pensar o homem criando, inventando ou, ainda, elaborando a linguagem, seria mera ficção, pois a linguagem do homem em sua origem já lhe é um “avatar”¹⁷

¹⁶ In: BENVENISTE, Èmile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Eduardo Guimarães et al., revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

¹⁷ Termo utilizado por Oswald Ducrot para se referir à metamorfose sofrida da/na língua. DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães et al., revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.



de possibilidades, já lhe é inerente. Concebê-la como instrumento é admitir que a linguagem é criatura do homem e o significa. Assim, o homem não se separa da linguagem, ela o realiza enquanto ser que busca significação, mesmo porque, conforme o autor (Idem, p. 285), “Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”. No texto “A forma e o sentido na linguagem”¹⁸ (1966), Benveniste (1989, p. 222) diz que

Antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver e, se pararmos para analisar, veremos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.

Vale ressaltar que, somente o funcionamento semântico da língua permite “a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência”. (Idem, p. 229).

Nos textos “A forma e o sentido na linguagem” (1966) e “Semiologia da língua” (1969), Benveniste apresenta uma reflexão sobre a língua entendida como sistema de signos (semiológicos), que na enunciação significa ao estabelecer relação com outros sistemas. Para o autor, há duas possibilidades de a língua ser língua, no sentido e na forma e, juntos, formam a semântica estrutural benvenistiana. O primeiro tem a ver com o semiótico, a significação atribuída ao signo nas construções sintáticas em um dado sistema linguístico ou a estrutura propriamente dita. O segundo diz respeito à língua como semântica, sede produtora de sentido, é a língua acionada pelo dispositivo: a enunciação. “A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”. (Ibidem, 230).

Em síntese, a semiótica está para a língua enquanto propriedade e o semântico se dá em virtude de uma ação do locutor em apropriar-se dessa propriedade e colocá-la em movimento. Assim, Benveniste (1989, p.227) pontua que a língua é feita de signos – estes entendidos enquanto “unidade semiótica” – e o signo só adquire existência no uso da língua, logo, língua e signo estão imbricados no processo de significação. O autor (1989, p. 68) diz, ainda, que na língua há certas categorias que o indivíduo utiliza para se expressar e que “as

¹⁸ In: BENVENISTE, Èmile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.



formas que revestem estas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem, na produção do discurso”. (Idem). Desse modo, para o teórico (1989, p. 289), “A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como *tu*”. Ao tratar do subsistema da língua que se dá pelo processo de substituição, Benveniste (1989, p. 66) diz que

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem a relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.

Constituir a língua, enquanto subsistema, é de certo modo utilizar uma dada língua da qual se serve para falar dessa língua, ou seja, a língua tem uma estrutura própria que lhe dá autonomia de criar um subsistema. Nesse sentido, o signo enquanto unidade semiótica, representa o modo de significância e está constituído de um significante e de um significado que devem ser revestidos de forma e sentido, já que a sua significação se dá na comunidade de fala pelo uso da língua.

Ainda, no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste (1989, p. 97) toma a língua como “instrumento de comunicação” e enquanto tal “[...] está investida de propriedades semânticas, porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura”. O autor (1989) compara a linguagem a um instrumento material, ou seja, o melhor meio que o homem dispõe para se comunicar, mas alerta que essa comparação deve ser tomada com certa desconfiança: “A linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a lhe transmitir o que lhe confio – uma ordem, uma pergunta, um anúncio –, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado” (Ibidem, 285), é a semantização da língua no discurso significando o sujeito.

Benveniste (1989, p. 86) descreve o funcionamento da enunciação em “O aparelho formal da enunciação”¹⁹ (1970), dizendo:

¹⁹ In: BENVENISTE, Èmile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.



A enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequências, entonação, etc. derivam deste aspecto da enunciação.

A enunciação é o uso de fato da língua, é o modo como se dá a inserção do sujeito “eu” na apropriação do aparato linguístico, é a materialização da língua por um ato individual, é a realização da língua através do aparelho vocal, “conversão da língua em discurso”, entre outras definições que Benveniste construiu ao longo dos seus 40 anos de percurso linguístico, sempre sobrepondo sentidos sobre o já significado. O autor (1989, p. 82) apresenta a apropriação da língua pelo locutor “por um ato individual de utilização” e argumenta que é a estrutura formal da língua a base que permite ao falante o exercício da fala e o duplo funcionamento subjetivo do par eu / tu que opera na oposição do “eu / tu” e do “eu / tu” a “ele”. O funcionamento dessas oposições é o axioma no qual repousa o duplo sistema relacional da língua e é aí que o falante é inserido na língua e se “apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova”. (Ibidem).

A distinção entre Benveniste e Saussure é a introdução do sujeito excluído pelo genebrino nos estudos da linguagem. Em relação à língua, Saussure a define como um sistema semiológico interno formado com signos virtuais distintos que se atualizam na cadeia, lugar de somas e de operação do valor, pois cada signo sofre os arranjos necessários para adquirir significação no sistema. Em Benveniste, a língua é entendida no aspecto semântico ao produzir uma referência entre o objeto e o mundo e o sujeito que enuncia. Ou seja, Benveniste usa a própria estrutura da língua, “os pronomes pessoais”, como lugar de introdução de um sujeito de vontade, aquele que pode criar subsistema no sistema.

1.6. Roman Jakobson: a Teoria da Comunicação

Outra perspectiva teórica contemporânea é a do russo Roman Osipovich Jakobson (1896 - 1982), que, partindo dos pressupostos saussurianos, apresentou no Congresso Internacional de Linguística, ocorrido em Haia em 1926, a sua tese intitulada *Proposição*, que tinha por objetivo a criação de uma nova disciplina, a Fonologia, que se ocupa em descrever o



traço distintivo do fonema²⁰, diferente da fonética²¹, que estuda o som da fala no seu aspecto físico e articulatorio. Jakobson (1984) utilizou os conceitos de *langue* e *parole* formulados por Saussure para explicar a distinção entre a Fonética e a Fonologia. (Grifo do autor).

O Círculo Linguístico de Praga era constituído por um grupo de jovens pensadores formalistas e futuristas, entre eles, Jakobson, Trubetzkoy e Kartzévsky, que se dedicaram ao estudo do folclore russo, com o objetivo de refletir sobre os estudos da linguística e da poética, mais precisamente da combinatória do estruturalismo com o funcionalismo, ou seja, o estudo das funções da linguagem. A participação de Jakobson, no Círculo Linguístico de Praga, norteia a sua obra e o marca pelos encontros e fugas dos pensamentos saussurianos e, embora, o teórico se oponha a alguns conceitos de Saussure, como a relação língua / linguagem, ele tem como ponto de partida a noção de subcódigos nos estudos das funções da linguagem.

Seguidor do movimento Estruturalista, Jakobson (Idem, p. 164) critica a teoria de Saussure, dizendo que na língua as representações ocorrem na forma e não na substância e o que está no *CLG* “não são dogmas definitivos, mas hipóteses de trabalho”. Segundo Jakobson, é no diálogo – na troca de informação – que se dá a interação entre emissor e receptor. O teórico (1985) contesta a premissa saussuriana sobre a sincronia que comporta as relações lógicas e psicológicas, que, ao se juntarem ao sistema, formam o aspecto estático. Segundo Jakobson (Idem, p. 63), na língua prevalece uma dinamicidade que faz com que “em primeiro plano o estudo do sistema da língua em seu conjunto na relação de todas as suas partes componentes”, que “exige um tratamento estritamente relacional das mudanças en fonction du système phonologique qui les subit”²². (JAKOBSON, 1972, p. 174).

Em relação à estrutura que a língua comporta, o autor (1963, p. 27) retoma os postulados de Saussure e propõe um conceito de semiótica como sistema ou como a base de toda a estrutura, ou seja, “a linguagem [...] todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados, comparar as línguas aos outros sistemas simbólicos releva os princípios essenciais da linguagem, e permite determinar os seus traços específicos”.

Acreditando que na língua nada é definitivo e tudo é possível, Jakobson (2011) propõe a troca do nome *langue* utilizado por Saussure pelo termo *código*, que iria “customizar” a própria língua em sua estrutura, rearranjos possíveis na constituição de novos símbolos, ou seja,

²⁰ Na concepção saussuriana (2006, p. 138), “Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas”.

²¹ Segundo Saussure (2006, p. 43), a Fonética “é uma ciência histórica” e se ocupa do estudo da evolução dos sons. Ao passo que a Fonologia tem como objetivo a “fisiologia dos sons”. (Idem, p. 42).

²² Conforme Jakobson (1972), as mudanças que ocorrem no aspecto sincrónico da língua se dão de forma hierárquica e “em função do sistema fonológico que os substitui”. (Tradução nossa).



o léxico, os componentes gramaticais e fonológicos que se combinariam entre si no uso da língua. Jakobson (Idem, p. 22) argumenta “ser preferível trabalhar agora com esses conceitos bem definidos, mensuráveis e analisáveis, a substituí-los por termos novos, e ademais um tanto vagos”. Na formulação de conceitos para sua teoria, Jakobson o faz buscando delimitar na língua o que interessa analisar de forma precisa, isto é, língua entendida como código (*langue*), enquanto forma reduzida, e língua, como mensagem (*parole*), que supõe um falante e um ouvinte.

O linguista russo defendia a interdisciplinaridade entre a Linguística e a Antropologia, a Psicologia Comportamental e a *Teoria Hipodérmica da Comunicação (Bullet Theory)*, aliás, foi dessa miscigenação teórica que Jakobson pensou a *Teoria da Comunicação*. Para o autor (1970), é salutar a integração entre essas áreas do conhecimento, uma vez que não fazemos Linguística de modo “isolacionista” e “bairrismo” ou “apartheid”, pois esses modelos são nocivos ao desenvolvimento do conhecimento humano e intelectual.

Segundo Jakobson (2011, p. 17), os antropólogos deram contribuição considerável para alavancar a Linguística enquanto ciência. A antropologia considera que “a linguagem e a cultura se implicam mutuamente, que a linguagem deve ser concebida como uma parte integrante da vida social, a Linguística, estreitamente ligada à Antropologia Cultural”. A linguagem deve ser entendida como constitutiva da vida social, pois, “a linguagem é um caso particular dessa subclasse de signos que, sob o nome de símbolos, nos foi descrita” e, “em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados. O instrumento principal da comunicação informativa é a linguagem”. (Idem, p. 17 - 18).

Seguindo os preceitos do estruturalismo reinante, Jakobson (1972) diz que há signos pertencentes somente ao código ou os signos pré-fabricados, os já codificados na língua, há os signos que só existem na mensagem, ou os signos matriz que apresentam somente as regras combinatórias codificadas, cabendo ao usuário da língua combinar raízes, prefixo e afixo na formação de novas palavras que satisfaçam a sua necessidade, e há também os signos subjetivos que são criaturas opcionais e comuns ao emissor e ao destinatário da mensagem. Também, “[...] para toda pessoa que fala existe uma unidade de língua, mas este código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente”. (JAKOBSON E POMORSKA, 1980, p. 82).

Jakobson ocupou-se em entender como se dá a funcionalidade da língua, a sua utilização em uma relação de comunicação de fato entre o remetente / codificador e o



destinatário / decodificador. Sobre as funções da linguagem, o autor parte dos estudos de Karl Bühler, que define três funções básicas da língua: função expressiva, função conativa e função de representação. Segundo o linguista, nessas funções há seis fatores determinantes e cada qual desempenha diferente função na / da linguagem: o remetente, a mensagem, o destinatário, o contexto, o código e o contato. Assim, para Jakobson (2011), a língua é entendida como código ou um conjunto de signos que, a partir de regras estabelecidas, por meio de um canal, transmite mensagem por um código conhecido (a língua), de um emissor a um receptor. Esta noção de língua é estruturalista, transparente e sem falhas, capaz de uma perfeita comunicação. O código (a língua) é convencional e abarca todo conjunto de símbolos conhecido por uma comunidade de fala e a função metalinguística se ocupa em observar se o remetente e o destinatário utilizam o mesmo código, ao estabelecerem um contato para se comunicar.

Para o autor (Idem, p. 11), a língua é “instrumento principal de comunicação portadora de informação”, quanto ao seu funcionamento explica que “qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhes são conexos: o emissor, o receptor, o tema da mensagem e o código utilizado”. (Ibidem, p. 19). Nesse sentido, a língua é um código sem falhas, em que o codificador e o decodificador da mensagem, em um contato, um canal físico – sem qualquer ranhura que possa deturpar o sentido da mensagem - e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, os capacite a entrar e permanecer em comunicação. Os papéis de emissor e de receptor, segundo o autor podem “[...] confundir-se, alternar-se, o emissor e o receptor podem tornar-se o tema da mensagem etc. Mas o problema essencial para a análise do discurso é o do código comum ao emissor e ao receptor e subjacente à troca de mensagens”. (JAKOBSON, 2011, p. 21). O teórico da comunicação pondera que “Qualquer comunicação seria impossível na ausência de um certo repertório de “possibilidades preconcebidas” ou de “representações pré-fabricadas”. (Idem).

Nesta perspectiva, na *Teoria da Comunicação*, temos um codificador – emite a mensagem e um decodificador conhecedor de um código linguístico que ao receber uma nova mensagem ele a interpreta. Nessa teoria, o código é um dos elementos mais importante, pois não pode ser criado pelo usuário, uma vez que é regido por leis próprias da língua, ainda, o código precede o usuário, e, tanto o emissor quanto o decodificador devem saber todas as possibilidades de uso e quantas mensagens pode transmitir; precede a sintaxe que irá construir a mensagem e, o canal utilizado. Portanto, Jakobson (2011) afirma que o remetente colhe e recolhe as palavras, combinando-as de maneira especial para que haja harmonia na mensagem a ser transmitida, e a reciprocidade linguística entre codificador e decodificador é indispensável.



É necessário escolher, recortar do repertório linguístico entidades linguísticas e combiná-las em uma ordem sintática que lhe dará suporte para sustentar a mensagem e a tornar conhecida pelo decodificador que “é um destinatário virtual da mensagem”. (Idem, p. 23).

Para explicar a mensagem, Jakobson (2011, p. 39 - 40) pontua que há dois modos de arranjos no signo linguístico: a combinação e a seleção. A combinação consiste em que “todo signo é composto de signos constituintes e / ou aparece em combinação com outros signos”. Isto significa dizer que “qualquer unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades linguística mais simples e / ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa”. Assim, um agrupamento de unidades linguísticas se liga a uma unidade superior. Daí, entendemos que “combinação e textura são as duas face de uma mesma operação. A seleção que se dá entre termos alternativos implica a possibilidade de substituir um pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro”.

Para Jakobson (2011), é preponderante o estruturalismo funcional, de modo que a sua concepção de língua é esvaziada de sentido, servindo apenas para cumprir um ritual estabelecido por um sistema binário, o que não o difere muito do modelo saussuriano. Jakobson explorou, expandiu e buscou mostrar de forma universal, no canal de comunicação, os conceitos condensados, simplificados em seus aspectos gerais e comparados formulados por Saussure. Pensamos que nesse canal de comunicação repousa o dogma central de Jakobson, isto é, um sujeito imaginário, que, com uma língua ideal, tem a pretensão de que sua mensagem seja transparente e objetiva e que seu ouvinte consiga entender necessariamente o que ele pretendeu transmitir. Esse axioma reflete um falante e um ouvinte assimétricos, desprovidos de opacidade ou divergências linguísticas ou, um sistema estrutural de signos, tal qual em Saussure.

Jakobson assemelha-se a Saussure por entender a língua como um sistema de signos, ou melhor, um sistema de signos a constituir um código, que, por sua vez, desembocará na noção de subcódigos (funções da linguagem). Em relação à linguagem, Jakobson a conceitua como o instrumento principal da comunicação informativa, incluindo a presença de um falante, de um ouvinte e de um referente nessa relação, pois, para que haja linguagem tem que haver um contexto e seus agentes comunicativos; já para Saussure, a linguagem, ao contrário da língua, é heterogênea, passível a mudanças, e este não era o seu foco. Também, em Saussure o sistema da língua significa através das relações diferenciais dos signos por seus traços fonológicos; em Jakobson o sistema da língua significa através do jogo da metáfora e da metonímia produzido a partir dos traços fonológicos dos signos linguísticos até o nível



discursivo. Ainda, outra característica teórica que afasta Jakobson de Saussure é a dicotomia *langue*/língua e *parole*/fala, que Jakobson renomeia, respectivamente, de código e mensagem.

1.7 Eduardo Guimarães: Língua e Linguagem

Movendo-nos dos lugares de concepção de língua e linguagem por linguistas da Europa e dos Estados Unidos, chegamos à Semântica da Enunciação, uma teoria jovem desenvolvida no Brasil pelo semanticista mineiro Eduardo Guimarães, que se fundamenta em linguistas franceses, mas ressoa com inegável marca de se fazer ciência na contemporaneidade.

A partir do diálogo teórico mantido com Michel Bréal, Eni Orlandi, Èmile Benveniste, Oswald Ducrot, Michel Pêcheux, entre outros, Guimarães adota uma perspectiva enunciativa de se fazer ciência e configura-se como um expoente nos estudos enunciativos no Brasil pelo seu modo particular de estudar a língua e o sujeito afetados pela história. O teórico (2005a) entende que o sentido na / da língua perpassa o dizer, e esse é da ordem do dizível no acontecimento de linguagem, visto que só há sujeito devido à interpelação ideológica que o constitui no momento da enunciação ao ser tomado pela língua.

Procurando “compreender o funcionamento da linguagem e das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 07) retoma o excluído em Saussure, isto é, o sujeito, o objeto e a história em uma perspectiva não cronológica, mas na significância dos acontecimentos da enunciação entendida como o encontro de uma atualidade com a história. Assim, o autor (Idem) pensa a linguagem em relação “com mundo, com as coisas, com o real”, pois é preciso pensar que a significação é produzida na e pela enunciação “é o que se apresenta por aquilo que se diz”. (Ibidem).

Em “Domínio Semântico de Determinação”²³, Guimarães (2007, p. 96) define a língua como “um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação”. Para o teórico, a língua é a mola que move o sujeito e o sentido e, esse axioma toma o falante em um dado espaço de enunciação. Esse espaço não é geográfico, mas uma posição social, espaço de alocação a ser ocupado pelo falante atravessado pela história que se materializa em sua enunciação. Logo, a língua é a enunciação propriamente dita e a enunciação é o encontro de uma atualidade com a história.

²³ O texto “Domínio Semântico de Determinação”, de Eduardo Guimarães está publicado no livro **A palavra: forma e sentido**. (Org.). GUIMARÃES, Eduardo e MOLICA, Maria Cecília, 2007.



Na obra intitulada *Semântica: enunciação e sentido*, Guimarães (2018, p. 24), reformula o conceito de língua dizendo que a “língua pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente”. Enquanto conjunto, a língua é composta de “elementos cujas relações constituem estas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso”. (Idem). Desse modo, entendemos que dizer algo em uma dada língua é pertencer a este conjunto de regularidades sistematizadas da qual nos servimos para enunciar, uma vez que é na língua em funcionamento que esse conjunto de regularidades fornece ao falante as possibilidades de dizer algo.

Segundo o semanticista (2018, p. 19), “a língua agencia”, reclama o falante. A língua é o princípio caracterizador que o identifica e determina enquanto falante de uma língua, ela o conduz a um espaço de enunciação, permite que nos valemos “dos elementos que a língua tem assim como criar outros. O que se cria se faz segundo um certo modo de fazer, segundo uma prática já existente, de certo modo prevista”. (Idem). Para o autor, a língua ainda deve ser pensada como “algo histórico, que se apresenta pela prática humana, por relações que fundamentam o funcionamento desta prática, cuja característica é a de produzir significações: a linguagem”. (Ibidem).

A linguagem para Guimarães (1987, p. 73) é compreendida como

Um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Quanto à língua é uma dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente como fenômeno social e histórico.

Para discutir a questão da língua em funcionamento, Guimarães (1989, p. 74), traz a definição fundadora de enunciação a partir das filiações: “acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado”. Trata-se de uma definição que adota a repetição do acontecimento, por compreender que a enunciação pode expor o repetível ao novo. Essa definição é reformulada pelo autor (2018, p. 23): “a enunciação como o acontecimento do funcionamento da língua no espaço de enunciação”.

A enunciação é o encontro da língua com o falante, que se dá em um espaço não físico e se configura em um espaço constituído de línguas e falantes, ou seja, o espaço de enunciação. A enunciação é a língua em movimento a instituir o sujeito no espaço de enunciação que é entendido por Guimarães (2005b, p.18) como “espaço de línguas e falantes”. O falante não é o



sujeito empírico, físico-fisiológico, mas “uma figura política constituída no espaço de enunciação”, ou seja, o falante “é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua”, ou melhor, “o falante é um “ser” de linguagem, constituído por uma relação de línguas”. (Idem, 2018, p. 22 - 25). Já o enunciado, Guimarães (1989, p. 73) o define como “unidade discursiva e / ou elemento de uma prática social que inclui a relação do sujeito, mais especificamente com posições de sujeito e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala”.

Outro conceito crucial para entender as relações das línguas com os falantes é o de ‘espaço de enunciação’, entendido como “espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com os falantes. Assim, não há línguas sem outras línguas e não há línguas sem falantes.” (Idem, p. 23, grifos do autor). A distribuição das línguas no espaço de enunciação ocorre de forma desigual, pois, cada falante é afetado de maneira distinta e isto é próprio do político, da língua, a constituir sujeito e, para Guimarães (2018), esse é um aspecto caracterizador preponderante na / da distribuição das línguas. O espaço de enunciação é um espaço particularizado por aquelas pessoas que falam aquelas línguas, isto é, os falantes e as línguas que falam configuram o espaço de enunciação, e o tornam específico daquele espaço e momento dado de enunciação.

Em *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2005b, p. 7) pontua que “colocar-se na posição do semanticista é inscrever-se num domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo [...] que é incontornavelmente construído na linguagem” e, é nessa posição teórica que o autor se coloca ao formular os conceitos da Semântica da Enunciação.

Para Guimarães (2005a), a língua funciona no momento em que o indivíduo ocupa uma posição sujeito em um dado acontecimento, assim, o que se enuncia é necessariamente construído na linguagem, e cada enunciação é ímpar, singular no processo histórico de significação, uma vez que, “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”. (Idem, p.11). Já o sujeito da enunciação “é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos”. (GUIMARÃES, 2005b, p.14).

Finalizando...

Nessa reflexão, a busca por abordagens distintas nos permitiu observar que, no acontecimento da enunciação, as concepções da dicotomia “língua / linguagem” redizem



insistentemente “a língua”, e que cada teoria toma esse axioma dual de forma distinta e o recorta a partir da premissa defendida. Já a *Teoria da Semântica da Enunciação*, de Eduardo Guimarães (2005, etc.), apresenta-nos como a língua, tomada enquanto fenômeno histórico, pode funcionar / significar o dizer, o falante de modos distintos.

Neste percurso teórico-analítico que realizamos sobre as semelhanças e dessemelhanças entre os conceitos de língua / linguagem formulados por diferentes teóricos da linguagem, nos séculos XIX, XX e XXI, queremos dizer que nosso objetivo não foi emitir um juízo de valor sobre qualquer um dos conceitos aqui apresentados, mas refletir como os teóricos, fundamentados em diferentes epistemologias da época, contribuíram para os estudos da ciência da Linguística, abrindo caminhos para a evolução de novas pesquisas sobre a linguagem e o modo de seu funcionamento na contemporaneidade. Acreditamos que não há sobredeterminação de uma teoria a outra, ao contrário, existe em cada uma pertinência e relevância epistemológicas. Enfim, a língua não é criatura do homem. Aliás, a língua o “gera”. A língua é sempre um meio de fazer do indivíduo sujeito a simbolizar o mundo, de dar-lhe significância.

Também, no que concerne o exposto a cima, compreende apenas pinceladas no conhecimento filosófico-teórico, conceitos que foram formulados ao longo da história e expressam suas significâncias, segundo seus autores. Cabe aos interessados nos estudos da linguagem, uma leitura minuciosa nas obras apresentadas, visto que podem / devem revelar novos sentidos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política. Livro I.** 1.253. Trad. Politikon, cotejada com a tradução inglesa Benjamin Jowet e a tradução francesa M. Thurot. (Editora Martin Claret Ltda, 2001.

AZEVEDO, Tiago. **Diferenças e Semelhanças entre Aristóteles e Platão.** Disponível em: <http://psicoativo.com/tag/platao>. Acesso em: 01 de abr. de 2020.

BALLY, Charles. **Traité de stylistique française.** V.1. 3. ed. Genève: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

BALLY, Charles. **Linguística geral e linguística francesa.** 1932. 2. ed. Berne, Suíça: Edições Francke Berne, 1965.

BENVENISTE, Èmile. **Problemas de linguística geral I.** Trad. M.G. Novak e L. Néri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.



- BENVENISTE, Èmile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989, 2006.
- BENVENISTE, Èmile. **Últimas aulas no Collège de France** (1968 e 1969). Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Unesp, 2014.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães et al. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FIORIN, “José Luiz. FIORIN, José Luiz. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. **Galáxia**, São Paulo, n. 5, p. 19-52, 2003. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1314/810>. Acesso em: 05 de jan. de 2018.
- GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. Em: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005a.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP. Pontes, 2 ed. 2005b.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLICA, Maria Cecília (Org.). In: **A palavra**: forma e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem** (Trad. de J. Teixeira Coelho Netto). São Paulo: Perspectiva. 1975.
- HJELMSLEV, Louis. “Uma introdução à linguística”. In: **Ensaio linguísticos**. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HJELMSLEV, Louis. In: **Artigos de apoio Infopédia** [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-09-17 19:06:16]. Por André Martinet. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$louis-hjelmslev](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$louis-hjelmslev). Acesso em: 23 de set. de 2019.
- JACOBSON, R. POMORSKA, K. **Diálogos**. São Paulo: Cultrix, 1980- 1985.
- JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Vol. 1 Les fondations du langage. Paris, Minuit, 1963.
- JAKOBSON R. **Linguística. Poética. Cinema**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- JAKOBSON, R. **Fonema e fonologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.



JAKOBSON, R. La théorie saussurienne em rétrospection. *In*:. **Linguistics** vol. 22, nº 2, 1984, p. 161-196.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2011.

LYONS, John. **Semântica estrutural**, Lisboa: Presença, 1974.

PLATÃO. **Crátilo**. Ou: Sobre a Justeza dos Nomes. Tradução Pe. Dias Palmeira. Livraria Sá da Costa, Editora Lisboa: (1963, [2001]), Coleção de clássicos Sá da Costa.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

RODRIGO. José. A escola de ciência política. *In*. **República**. Disponível em: farolpolitico.blogspot.com. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.